

BASES PARA UMA NOVA ATER PÚBLICA

Francisco Roberto Caporal¹

1- Introdução

Estudos recentes sobre Extensão Rural mostram que, frente aos desafios do desenvolvimento sustentável, os aparatos públicos de extensão terão que transformar sua prática convencional e introduzir outras mudanças institucionais, para que possam atender às novas exigências da sociedade. A crise sócio-ambiental gerada pelos estilos convencionais de desenvolvimento e extensão rural recomenda uma clara ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da "Revolução Verde", o que exige novos objetivos e estratégias para a extensão rural pública.

É sabido que a noção de desenvolvimento sustentável supõe o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, que não podem ser alcançados unicamente através da transferência de tecnologias. De fato, a transição agroecológica em curso indica a necessidade de construção de conhecimentos sobre distintos agroecossistemas e variedades de sistemas culturais e condições econômicas, o que determina que a extensão rural, como um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, adote objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste novo processo.

Embora não haja consenso sobre o conjunto de elementos envolvidos ou sobre uma nova teoria para o desenvolvimento rural, algumas questões-chave estão colocadas para as entidades de extensão rural do Brasil, entre as quais cabe destacar: o programa Fome Zero, que exigirá uma maior e mais qualificada produção de alimentos; a necessidade de geração de ocupações agrícolas e não agrícolas no meio rural; o apoio aos setores mais debilitados da população rural, de modo a garantir melhorias da qualidade de vida desta população; a realização de ações capazes de melhorar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas em geral; e, sem dúvidas, a adoção de estratégias participativas e democráticas que incluam o imperativo de proteção ambiental, conservação dos recursos naturais e produção de alimentos saudáveis.

Dentro desta lógica e, particularmente no que diz respeito à agricultura, as tendências atuais demonstram que há, pelo menos, dois caminhos a serem seguidos. Um deles, que é defendido pela corrente ecotecnocrática da sustentabilidade, se baseia no otimismo tecnológico (recursos ambientais poderão ser substituídos pelos avanços da ciência e da tecnologia) e sugere a mudança via processos de "intensificação verde". Esta estratégia já está acontecendo no mundo das grandes lavouras e criações. Se trata da aplicação do enfoque da "nova revolução verde" ou "revolução verde-verde", no qual continuam a prevalecer as plantações de commodities em extensos e insustentáveis monocultivos, em cujos sistemas de produção vão sendo introduzidas tecnologias, produtos e processos menos agressivos ao ambiente, desde que sejam economicamente rentáveis para a cadeia dos agronegócios e não necessariamente para os agricultores. Nesta estratégia de "esverdeamento" da agricultura, vale usar transgênicos, assim como vale usar herbicidas e outros agroquímicos, desde que com isto se viabilizem alternativas de redução dos custos gerais de implantação das lavouras, como o plantio direto, por exemplo. Também nesta estratégia é comum a substituição de insumos ou o chamado "uso controlado", como a moda importada com os modelos de tipo PIF – Programa Integrado de Frutas.

Nesta estratégia do "esverdeamento" sobra pouco espaço para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública. Primeiro, porque as novas tecnologias já vêm sendo incorporadas aos produtos ofertados pelas transnacionais do setor. Em segundo lugar, porque se trata de um mercado competitivo no qual as empresas visam cativar seus clientes e, para tanto, chegam a eles

¹ Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural pelo CPGER/UFSM, Doutor pelo Programa de "Agroecologia, Campesinato e História" – ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba (Espanha), Extensionista Rural da EMATER/RS-ASCAR. Este texto tem como base o Capítulo VIII da Tese de Doutorado do autor. E-mail: caporal@emater.tcche.br Santa Maria(RS), janeiro, 2003.

através de assessores técnicos e vendedores/promotores. Inclusive, em muitos casos, este segmento comercial trata de introduzir produtos menos tóxicos e/ou biológicos, quando estes fazem parte de suas linhas de insumos. Em terceiro lugar, a maioria dos médios e grandes agricultores, especialmente os produtores de commodities, já tomam iniciativas para continuar ou manter o processo de "modernização" de seus negócios indo atrás, quando lhes convém, das novas opções tecnológicas. Em quarto lugar, mas não menos importante, aparece o papel do setor privado de serviços de Assistência Técnica e Escritórios de Planejamento Agropecuário, que atuam preferentemente com agricultores empresariais, se bem que também prestem serviços (projetos de crédito rural, por exemplo) para outras categorias de agricultores, inclusive familiares. Em todos estes casos exemplares e para este tipo de público já não faz falta, do ponto de vista da "modernização", que o Estado intervenha com ações de fomento ou transferência de tecnologias. Não raro os extensionistas são inclusive criticados por não estarem atualizados o suficiente com respeito às últimas novidades das indústrias de máquinas, equipamentos e agroquímicos.

Entretanto, com respeito a estes setores da agropecuária, ainda cabe ao Estado uma questão fundamental: os cuidados com o meio ambiente e com a produção de alimentos saudáveis. Estas ações podem ser feitas via legislação, controles sanitários e mecanismos de punição, mas também podem ser feitas pela extensão rural, mediante programas de educação ambiental e motivação para a redução de impactos ao meio ambiente, difundindo práticas conservacionistas ou o uso de técnicas menos agressivas, como os manejos integrados, uso de baculovirus, ou mesmo outros tipos de substituição de insumos: fertilizantes químicos por adubos orgânicos, agrotóxicos por pesticidas orgânicos, fisiológicos, etc. De igual modo, a ATER pública pode contribuir de forma indireta, mediante a realização de campanhas e divulgação massal, para que os empresários rurais ampliem sua consciência com respeito às questões ambientais, como podem ser o cuidado com a água, cobertura florestal, solos, etc. Atuar nesta perspectiva ecotecnocrática, no entanto, não parece ser nem a principal missão nem a principal responsabilidade da Nova ATER pública.

De fato, a ATER como "bem público" e, portanto, de oferta gratuita, passa a ter sentido se admitimos que cabe ao Estado apoiar setores menos favorecidos, estratégias de desenvolvimento local, assim como realizar ações ambientalistas e de promoção da produção de alimentos limpos, de melhor valor biológico (ecológicos, orgânicos, etc.). Neste caso, a ATER pública deveria centrar-se em um outro enfoque, que parte de uma visão "conflitivista" e defende que o desenvolvimento rural, para ser sustentável (e a extensão rural para atuar neste sentido), deve atender também outros requisitos que não apenas o aumento da produção e da produtividade agrícola. Entre estes objetivos é possível destacar: equidade e inclusão social, estabilidade da produção e sustentabilidade ambiental. Se trata, neste caso, da aplicação do enfoque científico da **Agroecologia**² como eixo central da orientação das atividades extensionistas.

² Neste novo enfoque extensionista, a Agroecologia deve ser entendida como a ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, avaliar e desenhar agroecossistemas sustentáveis, com o propósito de permitir a implantação de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural com maiores níveis de sustentabilidade no curto, médio e longo prazos. Por outro lado, e sob um ponto de vista mais restrito, a Agroecologia fornece um novo instrumental aos extensionistas, na medida em que se refere ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem no âmbito dos cultivos (relação predador/presa, competição cultivos/ervas invasoras, entre outros), o que traduz o enorme potencial de aplicação deste campo de conhecimentos para resolver questões tecnológicas na agricultura, favorecendo assim o desenho e a gestão de agroecossistemas sustentáveis. Assim entendida, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição a estilos de Agricultura Sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações: Ecológica, Orgânica, Biodinâmica, Agroecológica, Regenerativa, Baixos Insumos Externos, Biológica, entre outras. Como ferramenta orientadora da intervenção extensionista, a Agroecologia aporta elementos para o manejo ecológico dos recursos naturais e para apoiar processos de ação social coletiva, de caráter participativo, além de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, de forma que permite reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, joga um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permite a implementação de agriculturas alternativas potencializadoras da biodiversidade ecológica e da diversidade sócio-cultural. Se reconhece, portanto, não só a importância da dimensão e do conhecimento local senão que estes surgem como a base de um potencial endógeno capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Como sabemos, a noção de desenvolvimento sustentável supõe o estabelecimento de estilos de agriculturas sustentáveis que não podem ser alcançados mediante a simples transferência de tecnologias,

Sob esta orientação teórica e metodológica, a extensão rural será levada a atuar tendo em conta alguns aspectos que são fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável, como por exemplo as noções de variabilidade espacial dos agroecossistemas; de co-evolução da sociedade com seu meio ambiente; de reconhecimento dos diferentes sistemas culturais; da importância da biodiversidade; assim como a necessidade de valorizar o "local", e as iniciativas que possam ajudar na geração de ocupações e distribuição da riqueza. Dados tais condicionantes, a ação extensionista em apoio à construção de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável implica na necessidade de integrar nos processos, em níveis de igualdade, as dimensões econômica, social, ambiental, cultural, política e ética da sustentabilidade, sem aceitar as possibilidades de "trade-offs" sugeridas pela Economia do Meio Ambiente.

Na atualidade parece que as duas tendências acima mencionadas se apresentam como sendo os pólos extremos de um processo de desenvolvimento agrícola "alternativo", alicerçado em novas características espaciais, sociais e tecnológicas para a agricultura e novas bases teóricas para a extensão rural. Todavia, a tendência à agroecologização, baseada na orientação epistemológica da Agroecologia³, deverá prevalecer como uma estratégia para a transição agroecológica das agriculturas familiares, onde deve haver maior atenção de parte da Nova Ater pública. Por outro lado, parece ser que a "intensificação verde" será a estratégia dominante, ainda por algum tempo, tanto para setores da "agricultura familiar consolidada" ou "capitalizada", como para setores da agricultura empresarial capitalista. Neste caso, haverá menos ação direta do setor público, assim como teremos que esperar resultados ambientalmente menos sustentáveis.

2– Alguns aspectos do cenário para uma Nova ATER pública

Além dos pontos antes mencionados, vários outros elementos presentes no cenário atual indicam o marco no qual se pode estabelecer uma nova política de ATER pública, uma ATER que possa dar uma contribuição decisiva na construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Entre eles destacamos.

- a) entre os objetivos do governo e de grande parcela da sociedade civil está presente a necessidade de manter a produção agrícola e aumentar a produção de alimentos. Ao mesmo tempo se propugna que as metas de produtividade sejam alcançadas sem causar mais danos ao meio ambiente e à saúde pública, ademais de preservar a qualidade dos alimentos, o que se vem propondo sob o guarda-chuva do desenvolvimento rural e da agricultura sustentáveis;
- b) dadas as limitações orçamentárias, o governo federal tende a concentrar seus esforços e recursos para minimizar os problemas sociais, especialmente a pobreza, o que se traduz no caso em tela, em programas que visam fortalecer a agricultura familiar, atacar a problemática da pobreza rural, ademais, é lógico, de estabelecer políticas de apoio ao agronegócio;
- c) os efeitos das políticas de ajuste econômico ocorridas nos últimos anos, ao mesmo tempo em que determinaram uma pressão em direção a uma maior eficiência e redução de gastos por parte da extensão pública, tendem a determinar que o Estado passe a oferecer os serviços públicos gratuitos de forma seletiva priorizando os setores menos favorecidos do meio rural;
- d) para que possa assegurar a abrangência e mecanismos de acesso às políticas públicas, especialmente junto aos setores menos favorecidos do campo, a extensão rural pública continua sendo vista como uma ferramenta fundamental para a ação do Estado, tanto pela sua capilaridade, como pela possibilidade de que através deste mecanismo o Estado possa impulsionar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com claros objetivos orientados pela busca de equidade social e sustentabilidade ambiental, objetivos estes que não são assegurados pelo mercado;
- e) quanto ao novo serviço público de extensão rural, espera-se que este oriente sua atenção especialmente àqueles setores da agricultura em que se encontram as famílias rurais que não podem pagar por serviços de assistência técnica.

característica chave da antiga extensão rural. De fato, a transição agroecológica indica a necessidade de construção de conhecimentos sobre distintos agroecossistemas e variedades de sistemas culturais e condições econômicas, o que determina que a Nova Extensão Rural, como um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural sustentável, adote estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste novo processo. (CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. (2001).

³ Ver: NORGAARD, R. B. (1989)

Estes aspectos conduzem a pensar que a extensão rural pública deverá redefinir diversos aspectos de sua missão e objetivos, de seu enfoque e metodologia, dos conteúdos de suas mensagens, assim como delimitar a clientela a que se propõe alcançar.

3 – Sobre conceitos, estratégias e metodologias para uma Nova ATER pública

Como sabemos, tradicionalmente a extensão rural é entendida como uma deliberada intervenção, de natureza pública ou privada, em um espaço rural dado (um agroecossistema, uma propriedade rural, uma comunidade, um povoado, uma microbacia hidrográfica, etc.), realizada por agentes externos ou por indivíduos do próprio meio, orientada à realização de mudanças no processo produtivo agrosilvopastoril, ou em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada. Se trata de uma intervenção intencionada, movida por objetivos normativos e levada a cabo através de um processo comunicativo que envolve inúmeros atores possuidores de diferentes conhecimentos e situados em posições assimétricas de poder.

Este, no entanto, é um conceito insuficiente ao ser examinado à luz das novas propostas do desenvolvimento sustentável e da agricultura sustentável. Desde a perspectiva ecotecnocrática, provavelmente bastaria acrescentar ao conceito acima exposto a expressão "mudanças sustentáveis", para dar à atividade extensionista uma nova imagem. Entretanto, em vista das novas exigências e enfoques do desenvolvimento rural, entendemos que um conceito mais adequado e completo para a extensão rural do futuro, orientada ao desenvolvimento sustentável, necessita ter em conta um conjunto de aspectos complementares e explicativos. Neste sentido, parece ser adequado adotar-se o conceito de "Extensão Rural Agroecológica", que seria *um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.*

Se trata de um conceito mais amplo que aquele que vimos anteriormente, já que inclui a necessidade de uma práxis distinta da convencional e exige a necessidade de considerar e incorporar aos processos de planejamento participativo os diferentes conhecimentos e estruturas de poder que influem nos processos de desenvolvimento e agricultura sustentáveis. Ademais, recomenda que o manejo dos recursos naturais e a adoção de opções tecnológicas sejam entendidos no marco de um processo de natureza **construtivista**, o que implica investigação, aprendizagem e ação e que, portanto, tem que ser respeitoso para com as pessoas, suas condições objetivas, seus interesses e necessidades. Assim mesmo, a natureza local e a importância que dá aos sujeitos sociais conduzem a um modelo de decisão e ação que contempla o caráter histórico e os aspectos políticos do desenvolvimento rural.

A adoção de tal conceito, ademais, pode contribuir para fortalecer os processos de resistência que caracterizam as lutas históricas dos camponeses, ante às tendências gerais e ameaças do desenvolvimento capitalista no campo. Isto leva a considerar a necessidade de adoção de estratégias diferenciadas para vencer obstáculos hoje existentes, entre os quais cabe destacar aqui os seguintes:

- a) A necessidade de imersão do agente: a compreensão da realidade e da vida das famílias envolvidas no processo de desenvolvimento, o conhecimento dos agroecossistemas e o estabelecimento das estratégias e práticas compatíveis com a realidade só são possíveis se o agente de extensão rural dispor do tempo suficiente e dedicar a atenção que exige cada situação concreta. Isto não é compatível com a busca de resultados imediatistas e exige ações de médio e longo prazos.
- b) O resgate do conhecimento local: exige a adoção de metodologias adequadas, capazes de contribuir para o estabelecimento de uma "plataforma de negociação", criando oportunidades para a integração do conhecimento local com o conhecimento técnico.

- c) Participação como direito: a participação não pode ser um processo parcial ou somente vigente quando uma das partes crê que é necessária. Participação, neste caso, implica horizontalidade na comunicação e igualdade nas oportunidades de expressar as opiniões e desenvolver as ações, o que está assentado, necessariamente, em uma igualitária relação entre os atores envolvidos.
- d) O processo educativo: na nova extensão rural tem-se que garantir que o processo educativo seja capaz de potencializar o crescimento dos sujeitos como cidadãos, de modo que os atores participantes se envolvam em um processo em que saiam fortalecidas suas capacidades para a ação individual e coletiva, inclusive junto à "sociedade maior". Já não se trata de uma educação para a adoção de tecnologias transferidas por um agente que sabe, senão que de um processo que permita desenvolver os conhecimentos e ter acesso à informações suficientes que permitam a eleição e a decisão conscientes entre alternativas possíveis, a partir da compreensão de sua própria realidade e das estruturas de dominação pelas quais se vêm afetados.
- e) Sistematização das experiências: o registro sistematizado dos conhecimentos e das experiências realizadas no campo passa a ser um processo indispensável tanto para facilitar sua socialização entre os membros de cada grupo como para futuras avaliações. Além disso, é necessário conhecer e sistematizar informações sobre os recursos internos disponíveis e suas possibilidades de uso, assim como os obstáculos externos. Na nova perspectiva já não basta o registro referente à adoção de tecnologias e práticas difundidas pela extensão rural.

Na prática cotidiana, portanto, deveremos ter um novo enfoque para a ação extensionista. Sobre o que se entende por "enfoques de extensão", seguindo o conceito recomendado por Axinn⁴, pode-se dizer que a extensão pública para o desenvolvimento sustentável poderia adotar uma mistura daqueles enfoques que o autor identifica como "enfoque geral de extensão agrícola" e "enfoque da extensão baseada na participação". Ou seja, se trata de estabelecer um novo enfoque, que qualificaremos como de "**institucional participativo**", no qual se mantenha o espaço institucional público do aparato extensionista, tirando dos governos e da organização de extensão o controle absoluto sobre as decisões da empresa, que até agora o exerceram. Deste modo, este enfoque exige uma participação efetiva, tanto dos beneficiários como dos demais atores sociais interessados nos processos de gestão e planejamento, assim como uma mudança nas variáveis pelas quais se mede o êxito dos programas e os procedimentos para a avaliação dos serviços de extensão rural.

A ação da extensão rural em apoio a estratégias de desenvolvimento local e à transição em direção à estilos de agricultura sustentável precisa partir do entendimento da agricultura como um processo permanente de aprendizagem e aplicação prática e que considere que a co-evolução natural do homem com seu meio ambiente e as transformações dos agroecossistemas têm lugar dentro de um sistema planetário finito, de modo que alguns recursos naturais, uma vez utilizados no processo de desenvolvimento, não estarão disponíveis por uma segunda vez, o que exige nova abordagem do desenvolvimento rural. Por isto, a Nova ATER pública precisa tratar os temas da sustentabilidade e da agricultura desde a perspectiva de uma "**construção social**", centrando sua atenção na concepção de aprendizagem social. Ou seja, reconhecendo que os agroecossistemas se constroem de diferentes formas, dado que os discursos sobre a natureza e as práticas agrícolas de diferentes grupos sociais estão afetados pela história, a economia, a tecnologia, a ciência, assim como pelos mitos, crenças e conhecimentos locais que influenciam na relação entre natureza e cultura.⁵

Isso determinaria, ademais, a dimensão de temporalidade do modelo a ser adotado, isto é, se sustentabilidade tem a ver com as futuras gerações, logo, a transição agroecológica deve considerar em primeiro plano a necessidade de reduzir os efeitos entrópicos inerentes à transformação dos ecossistemas naturais que ocorrem não só nos processos produtivos agrícolas, ainda que também neles, assim como evitar o desperdício dos recursos naturais esgotáveis e de energia, ambos necessários para manter os ciclos produtivos no futuro. Então, a Nova ATER deve atuar propondo e apoiando a transição à estilos de agricultura sustentável, entendida como o

⁴ Ver: AXINN, G. H. (1988).

⁵ Sobre este tema, ver: ESCOBAR, A. (1996) e RÖLING, N. e PRETTY, J. N. (1997).

resultado de um processo de aprendizagem, o que implica na necessidade de entender-se a importância das relações sociais e dos compromissos individuais e coletivos que determinam a forma como os homens intervêm na natureza, assim como os processos que adotam para a transformação da natureza em bens de consumo, e qual o significado destes bens para a sociedade ou grupo em questão. Portanto, não se pode falar de agricultura sustentável desde uma perspectiva de pacotes tecnológicos, de modo que a ação extensionista deve ser pautada por uma iniciativa persistente e destinada a melhorar as relações dos homens entre si e destes com a natureza, respeitando os limites ecossistêmicos.

Observe-se que esta não é uma questão nova para a ATER. De fato, a partir da emergência dos novos enfoques sócio-ambientais (centrados na busca de maior equidade e proteção do meio ambiente) já passaram a ser preconizadas redefinições das funções tradicionais da extensão rural pública, na medida em que dela se passou a exigir novos compromissos. Sobre isso, se diz que a partir de agora "um importante papel da extensão rural será fazer visível o estado do meio ambiente", quer dizer, alertar para os problemas das práticas agrícolas convencionais, ajudando na construção de práticas alternativas. Em segundo lugar, considerando que a agricultura sustentável tem um caráter localmente definido, é necessário que a extensão rural trabalhe de forma participativa e em conjunto com os agricultores, fazendo uso dos conhecimentos disponíveis entre eles. E, em terceiro lugar, a nova extensão rural, mais que transferir tecnologias, deveria ajudar os agricultores nos processos de aprendizagem.⁶ Assim, a nova prática extensionista, mais que simplesmente ensinar algo a alguém, como sempre se fez, será um processo conjunto de "aprendizagem sobre o mundo", capaz de contribuir para a transformação profunda de relações sociais que fazem com que o modo de realizar a agricultura afete de forma negativa e incontrolável a natureza.⁷

4 – Mudanças institucionais necessárias

Este novo enfoque, de imediato, exigiria mudanças estruturais e uma nova forma de gestão do aparato extensionista, uma vez que os mecanismos de controle deveriam ser descentralizados e a gestão compartilhada entre agentes do Estado e representantes dos beneficiários.⁸ A administração de tipo "top-down" deve dar lugar a um modelo de gestão cooperativo e democrático, pois "quanto maior é o grau de funcionamento autocrático da administração central, tanto menos eficaz será a função educacional da extensão e tanto maior será sua utilização como veículo da política estatal." (WATTS, 1987, p. 31) Este modelo deveria estimular o diálogo interno e estabelecer um clima favorável para a cooperação entre os funcionários e destes com outras organizações do setor público, organizações de representação dos agricultores familiares e ONG's envolvidas em atividades de desenvolvimento rural. Ademais, desde a perspectiva do conhecimento técnico, parece necessário mudar o modelo piramidal em cujo topo estão os especialistas, que se consideram os donos do saber e que são os mentores das diretrizes de projetos e orientações tecnológicas que devem ser executadas pelos agentes de campo. Este modelo, que foi adequado às estratégias da Revolução Verde não parece ser compatível com processos participativos.

Por outro lado, o planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho extensionista seriam tarefas realizadas de forma conjunta por técnicos e agricultores, em diferentes níveis (regional, municipal e comunidade, por exemplo), considerando sempre os aspectos relativos às condições locais e adotando perspectivas de médio e longo prazo, pois só assim é possível entender a efetiva participação e a busca do desenvolvimento rural sustentável.⁹

⁶ Sobre estes desafios ao extensionismo, ver: RÖLING, N. e PRETTY, J. N. (1997, pp. 186-7).

⁷ Ver: PRETTY, J. N. (1995, p.1257).

⁸ Como dizem CRISTOVÃO, A. e outros (1997, p. 58), na atualidade é corrente a utilização de algumas dicotomias para o contraste entre diferentes abordagens dos programas de desenvolvimento, o que nos parece adequado quando se trata da extensão. As dicotomias-chave indicadas por estes autores são: centralizado x descentralizado; de cima abaixo x de baixo acima; pré-desenhado x processo.

⁹ Sobre um modelo de avaliação participativo da atividade extensionista, no qual os beneficiários podem assumir um papel protagônico, Ver: DESHLER, D. (1997).

Ademais, dadas as premissas antes enunciadas, a "missão" da extensão rural pública deverá centrar-se na necessidade de buscar um maior equilíbrio social e ambiental no meio rural. Dito em outras palavras, a missão historicamente atribuída à atividade extensionista, que esteve baseada na transferência de tecnologias para aumentar a produção e produtividade, deverá dar lugar à tentativa de integrar as metas de produção agrícola com os aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e éticos do desenvolvimento sustentável. Portanto, no estabelecimento de um novo marco para o extensionismo é preciso considerar que simplesmente buscar o "aumento da produtividade – objetivo histórico do desenvolvimento – equivale a determinada coerência e ordem sociais que resultam na degradação ecológica e na desordem" (ALTVATER, 1995, p. 130), que é justamente o que se procura ajudar a superar com a nova extensão rural.

Assim, a missão primordial da nova extensão rural pública, desde a perspectiva social, deve ser a de contribuir para o desenvolvimento de modos de vida sustentáveis, particularmente para aqueles grupos sociais com poucos recursos e oportunidades. Desde a perspectiva econômica e ecológica, o extensionismo deveria contribuir ao fortalecimento de formas de agricultura ambientalmente sustentáveis que garantam suficientes ingressos às famílias rurais com as quais atua.

Para cumprir com esta nova missão, a extensão rural deve concentrar-se em quatro objetivos, igualmente importantes e que seriam utilizados, também, como indicadores para o modelo que se espera alcançar. Os principais objetivos que devem orientar a ação extensionista são os seguintes: Sustentabilidade, Estabilidade, Produtividade e Equidade.¹⁰ Estes poderiam ser enunciados como segue:

- a) garantir o apoio à construção e manejo de agroecossistemas sustentáveis de modo que, a pesar das restrições ecológicas e das pressões sócio-econômicas, possam ser alcançados e mantidos adequados níveis de produção;
- b) atuar de forma conjunta com os agricultores e suas organizações com o objetivo de integrar os fatores de produção disponíveis na zona e outros que estejam ao alcance dos mesmos, para alcançar uma estabilidade na produção, que seja compatível com as condições ambientais, econômicas e sociais prevaletentes;
- c) apoiar os agricultores na seleção de tecnologias de produção capazes de reduzir riscos e otimizar o uso dos recursos internos, de modo a alcançar, na totalidade dos sistemas agrícolas, níveis de produtividade estáveis e que não afetem negativamente o equilíbrio ecológico;
- d) contribuir para a consolidação de formas cooperativas de produção que fortaleçam os laços de solidariedade e que propiciem que o produto gerado nos agroecossistemas seja distribuído uniformemente, de maneira que atenda requisitos de segurança alimentar e geração de renda para todas as famílias envolvidas.

Do ponto de vista da práxis, a Extensão Rural Agroecológica só pode ser levada a cabo mediante metodologias que permitam pôr em andamento processos efetivamente participativos. Deste modo, se deveria optar por apoiar as iniciativas próprias dos beneficiários e estimular a participação como um direito, inclusive como um direito no que diz respeito ao controle social sobre a própria ação da extensão rural e de seus agentes. Nestes estilos de participação a ação, através de grupos, é um aspecto fundamental, inclusive se diz que "uma especial característica desta mudança para práticas mais sustentáveis é a importância dos grupos", o que exigirá que os *facilitadores* sejam, além de tecnicamente bem treinados, capacitados para que desenvolvam as habilidades necessárias para atuar com grupos e organizações. Em função disso, a experiência prática está ensinando que para desenvolver uma agricultura sustentável os profissionais da extensão devem mudar seus compromissos e sua forma de ação, deixando de atuar como um experto transferidor de tecnologias e passe a atuar como "um *facilitador* que trabalha com os agricultores para aprender, desenvolver tecnologias e transformar-se em experto".¹¹

É importante observar que "as abordagens e métodos participativos representam uma oportunidade para construir melhores ligações entre os vários atores e melhorar o conhecimento

¹⁰ Sobre os conceitos de Produtividade, Equidade, Estabilidade e Sustentabilidade dos agroecossistemas, como indicadores de sustentabilidade, Ver: ALTIERI, M. A. (1995, pp. 168-174).

¹¹ Ver: RÖLING, N. (1994, p. 269).

de uns pelos outros". Além disso, já foi demonstrado que quando são utilizados "o Diagnóstico Rápido Participativo e outros métodos participativos, extensionistas e investigadores têm a oportunidade de trabalhar em conjunto, formando uma mesma equipe. Eles trocam experiências e conhecimentos e alcançam algum tipo de consenso com os agricultores sobre o que é mais necessário." Ademais, os agricultores participantes tendem a confiar mais nos profissionais e na possibilidade de que estes lhes ajudem "sem impor soluções". (PRETTY e VODOUCHÊ; 1997, p. 53)

Assim, ainda que reconhecendo a existência de um grande número de abordagens e métodos participativos, entendemos que a "investigação-ação participante" - que está presente no conceito de Extensão Rural Agroecológica - pode ser realizada mediante a aplicação de metodologias similares ao conhecido Diagnóstico Rural Participativo – DRP (*Participatory Rural Appraisal - PRA*) que se apresenta como uma interessante estratégia metodológica para a intervenção extensionista na perspectiva do desenvolvimento sustentável.¹²

Assim mesmo, o DRP é uma metodologia mais adequada para o trabalho com grupos em condições de maior carência, além de contribuir para a redução dos custos da atividade extensionista. Sem dúvida, o DRP é um método participativo que permite uma maior "apropriação e análise" das informações pelas próprias famílias rurais envolvidas, assim como seu protagonismo nas ações. Ou seja, com o DRP se relativiza o papel dos agentes externos, ao mesmo tempo em que se aumenta o papel das famílias rurais em todas as etapas dos ciclos de projeto em uma determinada localidade, comunidade, microbacia hidrográfica, etc. Uma comparação entre Diagnóstico Rural Rápido e Diagnóstico Rural Participativo indica, ademais, que o segundo é mais adequado para incrementar o poder local e a capacidade de gerar instituições e ações locais, que são elementos-chave para estratégias que buscam a sustentabilidade.¹³

Não se trata, apenas de uma crítica à prática convencional da extensão rural, senão que se trata de deixar claro que o futuro do extensionismo passa pela adoção de outro enfoque e de uma estratégia metodológica participativa, ambos necessários ante os desafios sociais e ambientais aos que se deve enfrentar a extensão rural da esfera pública¹⁴. Ademais, como diz Robert Chambers no prefácio ao livro intitulado "*Who Changes?: Institutionalizing participation in development*" (BLACKBURN e HOLLAND, 1998), "A participação sustentada em estratégias de desenvolvimento exige transformações em três domínios: métodos e procedimentos; cultura institucional; e comportamento e atitudes pessoais. Os três são necessários e cada um deles reforça os demais". Chambers afirma também que "cada um deles representa pontos de entrada para as mudanças". Ou seja, estamos ante a fronteira das mudanças, mas eles não serão um "acontecimento" fruto do

¹² Questionamos o uso do DRR – **Diagnóstico Rural Rápido**, porque entendemos que sua utilidade é limitada para estratégias de desenvolvimento e sua utilização tende a transformar-se em um instrumento dos agentes externos para captar informações e pode, também, ser uma fraude e frustrar aos atores envolvidos depois do freqüente "abandono institucional rápido" que costuma ocorrer, principalmente naqueles projetos financiados por organizações de cooperação em que os agentes extensionistas vêm do exterior e não têm nenhum compromisso duradouro com as comunidades.

¹³ Cf. CHAMBERS, R. (1994 e 1997).

¹⁴ Cf. THOMPSON, J. (1998, pp. 108-110), os estudos sobre a tendência das organizações públicas a adotar enfoques participativos indicam que existem pelo menos quatro motivações principais. A primeira está mais diretamente relacionada com a necessidade de sobrevivência das organizações governamentais do que com a sua vontade de "abraçar idéias de bom governo como a democracia e a distribuição de poder". Isto ocorre, em geral, devido às pressões externas por maior eficiência e menores gastos. Em segundo lugar, esta mudança está sendo estimulada por algumas agências internacionais de apoio e financiamento de projetos, para criar processos de decisão baseados nas comunidades e associações locais. A terceira razão para a adoção de enfoques participativos por agências públicas de extensão rural, nasce do reconhecimento das falhas existentes nos enfoques convencionais de investigação e desenvolvimento que já se mostraram ineficientes para resolver as necessidades básicas das maiorias. E a quarta motivação, está determinada pelo reconhecimento de experiências participativas realizadas com êxito pelo chamado "terceiro setor", as quais chamaram a atenção dos governos e formuladores de políticas, porque demonstram que é possível melhorar os resultados do setor público, adotando estratégias participativas.

nada, senão que dependem sobretudo da vontade dos indivíduos, de um “**novo profissionalismo**”.¹⁵

5 – O desafio de desenvolver um novo profissionalismo

Os desafios ao estabelecimento da extensão para o desenvolvimento sustentável ainda vão mais adiante do que foi até aqui analisado, já que os estudiosos deste tema indicam que para que ocorram mudanças sustentáveis é necessário desenvolver um “novo profissionalismo”¹⁶. De fato, como sabemos, uma das deformações geradas pelo modelo de desenvolvimento agrícola ainda vigente foi a transformação imposta aos modelos de educação e formação de profissionais das ciências agrárias.¹⁷ Isto é reconhecido oficialmente, por exemplo, pela EMATER/RS como uma das dificuldades com respeito ao pessoal técnico da empresa, quando se diz que “a formação acadêmica atual dos técnicos conduz a uma visão do todo que é fragmentada”, o que dificulta a análise global dos agroecossistemas. (EMATER/RS; 1996, p. 225).

Na realidade, em vez de formar profissionais que entendam das condições específicas e totalizadoras inerentes aos processos agrícolas e do desenvolvimento rural, o ensino nas universidades e escolas agrícolas brasileiras adotou um modelo que privilegia a divisão disciplinar, a especialização e, por conseqüência, a difusão de receitas técnicas e pacotes tecnológicos. Assim, os profissionais egressos, em geral, não tiveram a oportunidade de chegar a uma compreensão da agricultura como uma atividade que, ademais de sua “função de produzir bens”, é um processo que implica uma relação entre o homem e o ecossistema onde vive e trabalha, sem considerar que, para muitos agricultores, esta atividade se confunde com seu modo de vida. Em geral, na formação profissional não se faz sequer um momento de integração das disciplinas. Cada uma delas é entregue aos alunos em sua própria gaveta, isoladas das demais e, quase sempre, alheias à realidade objetiva da gente e dos processos agrícolas concretos. Esta primeira carência na formação limita a capacidade do profissional vir a ter uma visão holística da realidade na qual vai atuar, o que minimiza sua possibilidade de ter uma compreensão da agricultura a partir dos princípios básicos dos processos naturais.

A segunda grande deformação na formação dos profissionais das ciências rurais e agrárias está relacionada com a distância abstrata com que se trata o homem-agricultor. Em geral, se estuda muito sobre as máquinas e os insumos, mas muito pouco sobre o homem e o papel decisivo que tem na agricultura e no manejo dos recursos naturais. O ensino costuma basear-se numa visão da agricultura como técnicas agrícolas aplicadas e pouco mais. Em terceiro lugar, e como conseqüência dos aspectos anteriormente considerados, as disciplinas que tratam dos aspectos da vida, do indivíduo, de suas relações, da sociedade onde ele vive, trabalha e atua, costumam ser desviadas em sua importância e inclusive costumam ter muito menor peso no conjunto do programa de formação. Este é o caso da Sociologia, mas também o é o da Extensão Rural, que, quando está presente nos currículos, está destinada a cumprir a tarefa de oferecer ao futuro profissional os instrumentos através dos quais pode fazer impor seu conhecimento diante do agricultor para garantir, mediante o uso de uma metodologia específica, a reprodução do modelo no qual e para o qual foi preparado.¹⁸ Ademais, não se pode

¹⁵ Cf. CHAMBERS, R. (1997, p. 236). Assim, entre os problemas que são identificados com respeito às possibilidades de mudança, uma inquietude permanente, “é se nós, como profissionais do desenvolvimento, temos sentimentos e mudaremos nosso comportamento”, isto é, se estamos dispostos a abraçar as possibilidades de mudança e atuar de uma forma inversa à convencional. Os desafios estão postos para todos. Para nós, os extensionistas, o principal desafio é se conseguiremos falar menos e escutar mais, aprender a aprender e a facilitar processos de aprendizagem, ademais de “proporcionar opções” e serviços responsáveis e comprometidos com os beneficiários, que sejam impulsionados por um “novo profissionalismo”. Não se trata, evidentemente, de uma mudança que afetaria só aos extensionistas. Chambers também atribui responsabilidades para outros profissionais, dizendo que: economistas e burocratas devem descentralizar e apoiar a diversidade local; professores de universidades, institutos e escolas devem ir com seus alunos às povoações locais para aprender, devem revisar os currículos, reescrever os livros de texto, dar menos aulas e ajudar mais a que os outros aprendam. Igualmente, o autor faz recomendações no mesmo sentido para os líderes políticos, para o pessoal de ONG’s, etc.

¹⁶ Ver, entre outros: CHAMBERS, R. (1994); PRETTY, J. e CHAMBERS, R. (1994); PRETTY, J.N. (1995); RÖLING, N. e PRETTY, J.N. (1997); PRETTY, J. N. e VODOUCHÊ, S. D. (1997).

¹⁷ Cf. DIÁZ BORDENAVE, J. (1977); FAO (1993); FAO (1994).

¹⁸ Ver: CAPORAL, F. R. e FIALHO, J. R. D. (1989)

esquecer, ao lado deste aspecto vamos encontrar também umas fortes implicações ideológicas e políticas no ensino, transpassadas pela dimensão "meritocrática" e de competição (status) presentes na questão educativa das sociedades atuais, que acaba incluindo uns valores que se reproduzem nas atitudes individuais e na prática dos agentes.

Tudo isso, em última instância, conforma um estilo de profissionalismo que pode ser entendido como um "profissionalismo normal", ou seja, como aquele que se refere "ao pensamento, valores, métodos e comportamentos dominantes em uma profissão ou disciplina" de maneira que, "como a ciência normal, o profissionalismo normal é conservador", baseado em "uma estrutura centro-periferia do conhecimento, da geração de conhecimento, transmitida pela educação e treinamento, pela hierarquia das organizações e por pautas de recompensa e carreiras", que tendem a reproduzir ações profissionais também conservadoras. (CHAMBERS; 1994, p. 3-4)

Por isso, a Nova ATER pública exige um "novo profissionalismo" que se caracterize, em primeiro lugar, pela capacidade de pôr as pessoas antes das coisas, com especial atenção aos grupos menos favorecidos. Como já se destacou, os métodos ajudam, mas não são suficientes para construir novas relações entre agentes e beneficiários, de modo que os profissionais da Extensão Rural Agroecológica devem assumir novos conceitos, valores e comportamentos, ademais de novos métodos. Deve-se considerar que este "novo profissionalismo" é necessário, inclusive porque os métodos não são neutros, já que correspondem a contextos sociais, políticos e históricos específicos, de modo que podem ser utilizados "para levar a uma genuína capacidade de construção e organização, assim como podem ser utilizados apenas para satisfazer objetivos externos". (PRETTY; 1995, p. 1256)

Um "novo profissionalismo", ademais, requer que se reconheça que nem sempre o que pensamos e estabelecemos como necessidades dos indivíduos e grupos assistidos corresponde às necessidades sentidas por eles mesmos, de modo que o agente deveria estar, cotidianamente, buscando identificar os valores próprios dos beneficiários. Por outro lado, estabelecer um "novo profissionalismo" exige que, ao contrário da especialização profissional, se adote uma formação mais multidisciplinar ou, pelo menos, se amplie a capacidade de interagir com outras profissões e disciplinas. Como destacam diversos autores, este "novo profissionalismo" é um grande desafio e requer uma ampla ação de capacitação e reciclagem de agentes de extensão rural.

6 - Sobre o conteúdo das mensagens e a clientela da Nova ATER pública

Como vimos antes, a tendência à mudança do paradigma da extensão rural indica a necessidade de mudanças no conteúdo das mensagens dos agentes. Já não se trata de indicar receitas ou difundir pacotes tecnológicos, senão de atuar também como um "*facilitador*" de processos e consultor de projetos. O novo profissional deverá ter a capacidade de investigar, identificar e fazer disponíveis aos agricultores e suas famílias um conjunto de opções técnicas e não técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários e com as condições ambientais. Se deve ter em conta que não se trata de uma tarefa fácil. Ao contrário, se trata de enfrentar o desconhecido, com situações complexas, com processos que exigem interação. Portanto, é impossível prever qual deveria ser o conteúdo das mensagens, pois isso será resultado de situações de aprendizagem específicas e diferenciadas.

Não obstante, o papel do extensionista como agente de desenvolvimento rural não perde seu valor e importância, mesmo que o conteúdo de suas mensagens já não possa estar centrado só, ou principalmente, na difusão de informação técnica. Assim mesmo, o problema tecnológico, antes tratado desde a perspectiva da difusão, na nova extensão rural terá que ter em conta os recursos disponíveis na propriedade, a heterogeneidade com que se apresenta a problemática tecnológica e as diferentes racionalidades adotadas pelos camponeses na gestão de seu modo de produção e de vida.

Ademais, o desenvolvimento sustentável exigirá o manejo de informações-chave sobre políticas públicas, assim como o conhecimento necessário para enfrentar os novos desafios que o imperativo ambiental cria para a agricultura e para as famílias rurais. Deste modo, as mensagens deverão ser compatíveis com as exigências externas e com aquelas relativas ao manejo de agroecossistemas complexos e diversificados, o que impede a elaboração previa de um discurso

tecnológico homogêneo. Assim mesmo, dentro de determinadas situações será fundamental que o extensionista contribua na gestão de informações sobre mercados, principalmente os mercados locais e regionais, assim como no estabelecimento de mecanismos que possibilitem a articulação dos agricultores com os consumidores e suas organizações, o que também não pode ser previamente estabelecido.

Com respeito aos beneficiários, todas as tendências indicam que a realidade atual não recomenda que a extensão rural pública siga mantendo uma posição neutra. Atualmente, tanto no Brasil como em outros lugares está se formando um consenso que os serviços públicos de extensão devem atender com exclusividade às famílias rurais que trabalham em regime de agricultura familiar e, dentro deste conjunto, estabelecer prioridade para a ação junto à aquelas famílias mais excluídas, mais pobres, mais afastadas das condições mínimas de desenvolvimento humano e material.

Neste sentido, no Seminário sobre Agricultura Familiar e Extensão Agrária no Brasil, realizado em 1995, a Federação dos servidores da extensão rural do País, juntamente com a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, já propunham que “a extensão pública e gratuita” passasse a beneficiar “com exclusividade aos produtores rurais incluídos na definição de agricultura familiar.” (CONTAG/FASER, 1995) A conformação de tal consenso apareceria de forma ainda mais clara a meados de 1997, quando se realizou o Workshop Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural, ocasião em que não só as entidades do setor público, mas também os assessores técnicos, as organizações de agricultores e as ONG’s representadas no evento, manifestaram a necessidade de que a “extensão rural pública e gratuita” orientasse suas ações para a agricultura familiar e suas organizações representativas. (CONTAG e outros, 1997). A partir destas observações e do antes exposto, é possível deduzir que a Nova ATER pública, orientada pelo imperativo ambiental e adotando um novo enfoque, novos objetivos e nova metodologia, deve atuar tendo como foco de seu esforço as famílias rurais que trabalham em regime de economia familiar, se inclinando a favor dos mais pobres do campo, criando espaço para que os demais segmentos de agricultores possam ser assistidos pelas empresas privadas e colaborando com o setor do agronegócio em aspectos ambientais da atividade agrícola, mediante ações indiretas.

7 – Como conclusão:

Ao se propor uma Nova ATER pública, é necessário considerar, também, o que vem sendo discutido sobre este tema no nível internacional quanto se trata da necessidade de inclusão da temática ambiental nos programas de extensão rural. Sobre isso, entre as conclusões da Conferência Mundial sobre este tema (FAO, 1994), encontramos que se entende que, apesar do complexo que é integrar a questão ambiental nos programas de extensão rural, é inadequado continuar com um modelo que divide a complexidade ambiental para tratar as partes como fatores isolados. Assim mesmo, se reconhece que existe um desencontro entre a natureza das instituições extensionistas e o caráter dos problemas ambientais, principalmente devido ao fato de que foram copiados modelos de extensão dos países desenvolvidos, que são orientados à “produção agrícola”, sem considerar e sem entender a complexidade das variáveis sócio-culturais de outras realidades. E, por fim, se “redescobre” que existe um “desafio pedagógico” para a integração do ambientalismo na atividade extensionista, ou seja, a necessidade de novos modos de aprendizagem e conhecimento, mediante métodos participativos capazes de superar os modelos de tipo “top-down”. (FAO; 1994, pp. 13-4)

Se reforça, portanto, a necessidade de mudar o paradigma extensionista, de modo que aquilo que propomos acima, como alternativas para que a extensão rural pública possa incorporar as novas variáveis do desenvolvimento sustentável, são apenas tópicos para uma mudança que será mais profunda e que, necessariamente, deverá ocorrer. Os desafios à extensão neste início de século tendem a acelerar ditas mudanças. Assim mesmo, estas mudanças se darão no marco de uma complexa transição ocasionada pela crise sócio-ambiental do modelo de desenvolvimento convencional o que indica a construção de uma nova visão de mundo e novas opções por parte da sociedade, que devem ser acompanhadas pelos profissionais da extensão rural.

Finalmente, cabe lembrar que a Nova ATER pública atuará num ambiente conflitivo, pois a “transição para o desenvolvimento sustentável será um processo político intenso porque criará na

sociedade um novo quadro de ganhadores e perdedores¹⁹ e, como constatamos, as agências públicas de extensão rural estarão no meio deste processo político, não sendo possível passar por ele de forma neutra.

8 – Bibliografia citada

- ALTIERI, M. A. (1995): "El estado del arte de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina". en: CADENAS MARIN, A. (ed.): **Agricultura y Desarrollo Sostenible**. Madrid: MAPA. pp. 151-203.
- ALTVATER, E. (1995): **O Preço da Riqueza**. Sao Paulo: Editora da UNESP.
- AXINN, G. H. (1988): **Guide on Alternative Extension Approaches**. Roma: ESHE/FAO. (Hay versión en castellano titulada "Guía de los distintos enfoques de la Extensión", publicada en 1993).
- BLACKBURN, J. and HOLLAND, J. (1998): **Who Changes?: Institutionalizing participation in development**. London: Intermediate Technology Publications. CHAMBERS, R. e outros (1989) : **Agricultores experimentadores e Pesquisa**. (Série Agricultores na Pesquisa, 1).Rio de Janeiro: PTA.
- CAPORAL, F. R. (1991): **A Extensão Rural e os Limites à Prática dos Extensionistas do Serviço Público**. (Tesis de Maestria). Santa Maria/RS: CPGER/UFSM.
- CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. (1994): "Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescencia". en: **Rev. Reforma Agrária**, nº 3, vol. 24, set/dez/94. Campinas: ABRA.(el mismo texto puede encontrarse en Rev. Extensão Rural, Ano II, nº 2, jan/dez/94. Santa Maria: DEAER/CPGER,UFSM).
- CAPORAL, F. R. e FIALHO, J. R. D. (1989): "A Disciplina de Extensão Rural no Curso de Agronomia da UFSM: Análise Geral e Sugestão de um Novo Programa". Santa Maria/RS: CPGER/UFSM. 41 p. (mimeo).
- CONTAG (1997): **Grito da Terra Brasil: dossiê 1996**. Brasília: CONTAG.
- CONTAG/FASER (1995): "Seminário Nacional: Agricultura familiar e a extensão rural". (Documento preliminar) Brasília, 11 e 12/09/95. 11 p. (mimeo).
- CRISTOVÃO, A. (1997): "Mudam-se os tempos, ... Mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de integração entre investigadores, extensionistas e agricultores". en: **Vida Rural**, março de 1997, Portugal. pp. 6–10.
- CRISTOVÃO, A.; KOEHNEN, T. and PORTELA, J. (1997): "Developing and Delivering Extension Programmes". en: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P. and SOFRANKO, A. J. (eds.) (1997): **Improving Agricultural Extension: A Reference Manual**. Roma: FAO. pp. 57–65.
- CHAMBERS, R. (1980): "El pequeño campesino es un profesional". en: **Rev. Ceres**, marzo/abril de 1980. pp. 19-23.
- CHAMBERS, R. (1983): **Rural Development: Putting The Last First**. Essex: Longman.
- CHAMBERS, R. (1994): **Challenging the Professions: Frontiers for rural development**. London: Intermediate Technology Publications.
- CHAMBERS, R. (1997): **Whose Reality Counts? : Putting the first last**. London: Intermediate Technology Publications.
- CHAMBERS, R. y GHILDYAL, B. P. (1985): "La investigación agrícola para agricultores con pocos recursos: El modelo del agricultor primero y último". en: **Rev. Agricultura y Desarrollo**, número especial 2/3, junio, 1992. pp. 9-24.
- CHAMBERS, R.; PACEY, A. and THRUPP, L. A. (eds.)(1993): **Farmer First: Farmer innovation and agricultural research**. London: Intermediate Technology Publications.
- DIÁZ BORDENAVE, J. (1977): **La Transferencia de Tecnología y la Teoría General de los Sistemas**. Costa Rica: IICA.
- DIÁZ BORDENAVE, J. E. (1977): "O Ensino da Disciplina de Extensão Rural nos Currículos de Ciências Agrárias". Texto presentado a la Reunión Técnica de Profesores de Extensión Rural, realizada en Belo Horizonte - MG, del 11 al 14 de abril de 1977). 16 p. (mimeo).
- EMATER/RS (1996): **Plano Estratégico Plurianual – 1997-2000: Marco Referencial**. Porto Alegre: EMATER/RS.
- ESCOBAR, A. (1995): "El desarrollo sostenible: diálogo de discursos". en: **Ecología Política**, nº 9,

¹⁹ Cf. PEARCE, D. (1996, p. 288).

- Junio de 1995. Barcelona: Icaria. pp. 7-25.
- FAO (1993): **Educación Agrícola Superior: La urgencia del cambio.** (Serie Desarrollo Rural). Santiago/Chile: Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe.
- FAO (1994): **Report of the expert consultation on integrating environmental and sustainable development themes into agricultural education and extensión programmes.** Expert Consultation realizada en Roma 30/11 al 3/12 de 1993. ROMA: FAO.
- FREIRE, P. (1983): **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- NORGAARD, R. B. (1989): "A base epistemológica da agroecologia". en: ALTIERI, M. A. (1989): **Agroecologia: As bases científicas da Agricultura Alternativa.** Rio de Janeiro: AS-PTA. pp. 42-48.
- PEARCE, D. (1996): "Sustainable Development: The Political and Institutional Challenge". en: KIRKBY, J.; O'KEEFE, P. and TIMBERLAKE, L. (eds.) (1996): **The Earthscan Reader in Sustainable Development.** London: Earthscan Publications Ltd. pp. 287-289.
- PRETTY, J. N. (1995): "Participatory Learning for Sustainable Agriculture". en: **World Development**, vol. 23, nº 8 pp. 1247-1263.
- PRETTY, J. N. and CHAMBERS, R. (1994): "Towards a learning paradigm: new professionalism and institutions for agriculture". en: SCOONES, I. and THOMPSON, J. (Eds.) (1994): **Beyond Farmer First: Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice.** London: Intermediate Technology Publications. pp. 182-202.
- PRETTY, J. N. and VODOUCHÉ, S. D. (1997): "Using Rapid or Participatory Rural Appraisal". en: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P. and SOFRANKO, A. J. (eds.) (1997): **Improving Agricultural Extension: A Reference Manual.** Roma: FAO. pp. 47-55.
- RÖLING, N. (1994): "Facilitating sustainable agriculture: turning policy models upside down". en: SCOONES, I. and THOMPSON, J. (Eds.) (1994): **Beyond Farmer First: Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice.** London: Intermediate Technology Publications. pp. 245-248.
- RÖLING, N. and PRETTY, J. N. (1997): "Extension's Role in Sustainable Agricultural Development". en: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P. and SOFRANKO, A. J. (eds.) (1997): **Improving Agricultural Extension: A Reference Manual.** Roma: FAO. pp. 181-191.
- THOMPSON, J. (1998): "Participatory Approaches in Government Bureaucracies: Facilitating Institutional Change". en: BLACKBURN, J. and HOLLAND, J. (1998): **Who Changes?: Institutionalizing participation in development.** London: Intermediate Technology Publications. pp. 108-117.
- WATTS, L. H. (1987): "Estructura Organizativa de la Extensión Agrícola". en: SWANSON, B. E. (Comp.) (1987): **La Extensión Agrícola: Manual de Consulta.** Roma: FAO. pp. 23-45.

Anexo 1: Alguns elementos para a comparação entre tipos de extensão

Indicadores	Extensão Rural Convencional	Extensão Rural Agroecológica
Bases teóricas e ideológicas	Teoria da Difusão de Inovações. Conhecimento científico em primeiro lugar.	Desenvolvimento local. Agricultor em primeiro lugar. Resistência dos camponeses.
Principal objetivo	Econômico. Incremento de renda e bem estar mediante a transferência de tecnologias. Aumento da produção e produtividade.	Ecosocial. Busca de estilos de desenvolvimento sócio-economicamente equilibrado e ambientalmente sustentável. Melhorar as condições de vida com proteção ao meio ambiente.
Compreensão sobre meio ambiente	Base de recursos a ser explorada para alcançar objetivos de produção e produtividade. Aplicação de técnicas de conservação.	Base de recursos que deve ser utilizada adequadamente de forma a alcançar estabilidade nos sistemas agrícolas. Evitar ou diminuir impactos ao ambiente e aos estilos de vida.
Compreensão da agricultura	Aplicação de técnicas e práticas agrícolas. Simplificação e especialização.	Processo produtivo complexo e diversificado, em que ocorre a co-evolução das culturas e dos agroecossistemas.
Agricultura sustentável	Intensificação verde. Aplicação de tecnologias mais brandas e práticas conservacionistas em sistemas convencionais.	Orientação agroecológica. Tecnologias e práticas adaptadas a agroecossistemas complexos e diferentes culturas.
Metodologia	Para transferência de informações e assessoramento técnico. Participação funcional dos beneficiários.	Para recuperação e síntese do conhecimento local, construção de novos conhecimentos. Investigação-ação participativa.
Comunicação	De cima para baixo. De uma fonte a um receptor.	Diálogo horizontal entre iguais. Estabelecimento de plataformas de negociação.
Educação	Persuasiva. Educar para a adoção de novas técnicas. Induzir ao cambio social.	Democrática e participativa. Incrementar o poder dos agricultores para que decidam.
Papel do agente	Professor. Repassar tecnologias e ensinar práticas.	Facilitador. Apoio à busca e identificação de melhores

	Assessor técnico.	opções e soluções técnicas e não técnicas.
--	-------------------	--

Anexo II – Critérios para a liberação de recursos do MDA para entidades de ATER

(para discussão e complementação)

A liberação de recursos financeiros, orçamentários ou não, para apoiar programas de Assistência Técnica e Extensão Rural deverá obedecer aos seguintes critérios/orientações, de forma concomitante.

- a) As entidades de ATER interessadas em receber recursos do MDA devem seguir as orientações contidas no documento "Bases para uma nova ATER pública".
- b) As entidades interessadas em prestar serviços de ATER à agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e outros beneficiários dos programas geridos pelo MDA, devem buscar seu credenciamento junto ao Ministério, mediante procedimento definido pela Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- c) Somente serão aceitos os pedidos de credenciamento de entidades com base territorial e abrangência geográfica definidas, não sendo acolhido o credenciamento de entidades que não possam comprovar esta condição. A entidade deve ser registrada no Conselho Profissional correspondente.
- d) Ao solicitar o credenciamento as entidades de ATER devem comprovar que possuem um corpo técnico multidisciplinar, devidamente registrado nos respectivos Conselhos Profissionais (quando for o caso), com ênfase para conhecimentos na área de Agroecologia, Agropecuária, Sociologia Rural, Desenvolvimento Rural e Assistência Social, entre outras compatíveis com os projetos a serem assistidos.
- e) O credenciamento de entidades deverá considerar a infraestrutura disponível (disponibilidade de veículos, computadores, etc.), assim como a capacidade operacional (número de técnicos) em relação ao trabalho a ser realizado, área de abrangência, número de beneficiários a serem atendidos.
- f) A entidade a ser credenciada deve se comprometer a utilizar os recursos disponibilizados pelo MDA exclusivamente para ações de apoio aos beneficiários dos programas deste Ministério, sendo vedado o uso dos recursos para prestação de serviços de ATER a outros públicos que não os enquadrados como agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e assentados pelos programas de reforma agrária e outros públicos definidos pelo MDA.
- g) A entidade deve comprometer-se a prestar orientações técnicas com ênfase para o uso de recursos locais, eliminação do uso de agroquímicos, manejo ecológico dos recursos naturais, bem como atuar mediante o uso de metodologias participativas.
- h) As entidades que venham a ser beneficiadas com recursos do MDA não poderão, em nenhuma hipótese, terceirizar os serviços contratados (e/ou conveniados) ou repassar parte das responsabilidades assumidas junto ao Ministério para outra entidade ou profissional.
- i) A manutenção orçamentária dos serviços públicos de ATER deve ser compartilhada entre União (50%), os Estados (40%) e os Municípios (10%), seguindo uma lógica de pacto federativo. Não obstante, parte dos recursos do MDA para ações de ATER poderá ser canalizada para um fundo nacional de apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável. A estes recursos teriam acesso, através de licitação e avaliação de projetos, outras entidades de ATER, cooperativas, sindicatos e ONGs, desde que atendessem condições mínimas de: infraestrutura, equipes multidisciplinares, capacitação técnica, condições de abrangência e garantia de continuidade dos serviços aos grupos/comunidades participantes de diferentes projetos de desenvolvimento rural sustentável.
- j) Caberá ao MDA, através da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural, estabelecer mecanismos e procedimentos de acompanhamento, controle e avaliação das atividades contratadas (e/ou conveniadas), podendo ser indicado um técnico especialista na área para acompanhar os trabalhos realizados pelas entidades que receberem recursos do Ministério.

